

8ª Edição - 2008

EXAME



C N A I



Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 20/2008

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. A companhia fechada ABC apresentou em 31 de dezembro de 2007 lucro líquido do exercício de R\$ 300.000,00. O estatuto da companhia determina o pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, de acordo com a Lei nº. 6.404/76, de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Um acionista minoritário protocolou na sede da companhia um pedido à Diretoria para pagar nesse exercício um dividendo de 60%, considerando que o lucro do exercício excedeu as expectativas e o orçamento operacional da companhia divulgado durante a apresentação aos acionistas no início do exercício.

A diretoria, com base nos arts. 193 e 202 da Lei nº. 6.404/76, propôs dividendos de:

- a) 180.000,00
- b) 75.000,00
- c) 171.000,00
- d) 71.250,00

2. Indique as normas abaixo que estabelecem os critérios para a seleção das práticas contábeis, bem como para o tratamento contábil e a divulgação de mudanças em práticas contábeis, mudanças em estimativas contábeis e a correção de erros, de modo que todas as entidades elaborem e apresentem suas demonstrações contábeis em bases uniformes. Com isso se pretende melhorar a relevância, a confiança nas demonstrações contábeis e a comparabilidade, tanto com as próprias demonstrações contábeis de períodos anteriores, como com as de outras entidades.

- a) Instrução CVM nº. 506/06 e Resolução CFC nº. 1.087/06.
- b) Instrução CVM nº. 507/06 e Resolução CFC nº. 1.092/07.
- c) Deliberação CVM nº. 506/06 e Resolução CFC nº. 1.092/07.
- d) Deliberação CVM nº. 507/06 e Resolução CFC nº. 1.087/06.

3. De acordo com a Deliberação CVM nº. 534/06, as filiais, agências, sucursais ou dependências e mesmo uma controlada no exterior que não se caracterizam como entidades independentes mantidas por investidoras brasileiras no exterior distinguem-se principalmente pelas seguintes condições.

- a) Por possuírem corpo gerencial próprio e autonomia administrativa, contratarem operações próprias, utilizarem uma moeda funcional diferente da investidora e funcionarem, na forma, como extensão das atividades da investidora, podem normalmente ter, para fins de apresentação, seus ativos, passivos e resultados consolidados às demonstrações contábeis da matriz no Brasil.
- b) Por não possuírem corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratarem operações próprias, utilizarem a moeda da investidora como sua moeda funcional e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da investidora, devem normalmente ter, para fins de apresentação, seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações contábeis da matriz no Brasil como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país.
- c) Por possuírem corpo gerencial próprio, mas sem autonomia administrativa, não contratarem operações próprias, não utilizarem a moeda da investidora como sua moeda funcional e funcionarem, na forma, como uma segregação das atividades da investidora, devem obrigatoriamente ter, para fins de registro e apresentação, seus ativos, passivos e resultados separados das demonstrações contábeis da matriz no Brasil como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país.
- d) Por não possuírem corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratarem operações próprias, utilizarem uma moeda diferente da investidora como sua moeda funcional e funcionarem, na essência, como parte das atividades da investidora, devem obrigatoriamente ter, para fins de apresentação, seus ativos, passivos e resultados consolidados às demonstrações contábeis da matriz no Brasil como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país.
- 4. Os dividendos de investimentos no exterior, reconhecidos pelo _____, devem ser registrados como _____ da conta de investimento pelo valor recebido em moeda _____ convertido para reais à taxa de câmbio vigente na data do _____. Se o registro do dividendo se der, antes do recebimento, por declaração de dividendo pela entidade no exterior, a taxa de câmbio será, inicialmente, a da data do registro, com as atualizações periódicas necessárias até o seu recebimento reconhecidas tão-somente na conta relativa ao valor a receber utilizada e na conta de equivalência patrimonial, _____ ser reconhecidas no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.**

Com base na Deliberação CVM nº. 534/08, indique a alternativa correta relacionada às palavras que preenchem o texto acima.

- a) “método de equivalência patrimonial”, “redução”, “estrangeira”, “recebimento”, “não podendo”.
- b) “método de custo”, “redução”, “estrangeira”, “pagamento”, “não podendo”.
- c) “método de equivalência patrimonial”, “acréscimo”, “nacional”, “recebimento”, “podendo”.
- d) “método de custo”, “acréscimo”, “nacional”, “pagamento”, “podendo”.

5. Com base na Deliberação CVM nº. 534/08, indique a resposta correta.

- a) A moeda funcional de uma entidade reflete não somente as transações, os eventos e as condições relevantes relacionados a ela, como também o ambiente inflacionário ou não de um país. Portanto, uma vez determinada, a moeda funcional não deve ser alterada a não ser que haja mudança no ambiente monetário. Por exemplo, uma mudança na moeda que influencia os custos e financiamentos poderá causar uma alteração na moeda funcional da entidade.
- b) A moeda funcional de uma entidade reflete as transações, os eventos e as condições relevantes relacionados a ela. Portanto, uma vez determinada, a moeda funcional pode ser alterada sempre que haja mudança nas transações, nos eventos e nas condições correspondentes. Por exemplo, uma mudança na moeda que influencia o ambiente econômico do país onde a empresa está instalada poderá causar uma alteração na moeda funcional da entidade.
- c) A moeda funcional de uma entidade reflete as transações, os eventos e as condições relevantes relacionados a ela. Portanto, uma vez determinada, a moeda funcional não deve ser alterada a não ser que haja mudança nas transações, nos eventos e nas condições correspondentes. Por exemplo, uma mudança na moeda que influencia fortemente os preços de venda de bens e serviços poderá causar uma alteração na moeda funcional da entidade.
- d) A moeda funcional de uma entidade reflete conjuntamente todas as transações, os eventos e as condições financeiras relevantes relacionados a ela. Portanto, uma vez determinada, a moeda funcional pode ser alterada sempre que haja mudança nas transações, nos eventos e nas condições financeiras correspondentes. Por exemplo, uma mudança na moeda que influencia fortemente os ativos não monetários poderá causar uma alteração na moeda funcional da entidade.

6. A companhia aberta Sazonal S/A. adquiriu em maio de 2007 uma participação minoritária de 35% do capital votante da Lance S.A. Em outubro de 2007, em decorrência de acordo de acionistas firmado pela primeira vez na investida, passou a exercer controle sobre sua administração. Em dezembro de 2007, a Sazonal deverá elaborar demonstrações contábeis consolidadas, referentes à demonstração do resultado da subsidiária relativo a qual período?

- a) Maio a dezembro de 2007.
- b) Janeiro a dezembro de 2007.
- c) Somente em 2008.
- d) Outubro a dezembro de 2007.

7. O patrimônio líquido da companhia Rio Grande S.A apresentava-se em 31-12-2007, antes da compensação do prejuízo do exercício de R\$ 260.000,00, com a seguinte composição.

	R\$
Capital social	500.000,00
Reservas de capital	180.000,00
Reserva de retenção de lucros	140.000,00
Reserva legal	40.000,00
Lucros acumulados	90.000,00

De acordo com o art. 189 da Lei nº. 6.404/76, após a compensação do prejuízo do exercício, como o patrimônio líquido se apresentará?

- a) Capital social R\$ 500.000,00; reservas de capital R\$ 180.000,00; e reserva de retenção de lucros R\$ 10.000,00.
- b) Capital social R\$ 500.000,00; reservas de capital R\$ 50.000,00; e reservas de retenção de lucros R\$ 140.000,00.
- c) Capital social R\$ 500.000,00; reservas de capital R\$ 180.000,00; e reserva legal R\$ 10.000,00.
- d) Capital social R\$ 500.000,00; reservas de capital R\$ 150.000,00; e reserva legal R\$ 40.000,00.

8. A Companhia Global S.A., sociedade de capital fechado, apresenta a seguinte demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007.

Contas Descrição	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros - Legal	Lucros Acumulados
Saldo em 31/12/2006	300.000	22.000	165.000	10.000	-0-
Realização Reserva Reavaliação			(10.000)		10.000
Incentivos fiscais do imposto de renda		10.000			
Aumento de Capital	200.000				
Ágio na subscrição de capital		20.000			
Lucro líquido do Exercício					120.000
Saldo em 31/12/2007 antes das destinações	500.000	52.000	155.000	10.000	130.000

Com base na Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores, considerando que o estatuto não prevê percentual de distribuição de dividendo mínimo obrigatório distinto da legislação societária, assinale a resposta que corresponde à destinação dos lucros acumulados.

- a) Reserva legal de R\$ 6.000; dividendos obrigatórios de R\$ 31.000; e retenção de lucros de R\$ 93.000.
- b) Reserva legal de R\$ 6.000; dividendos obrigatórios de R\$ 30.000; e lucros retidos de R\$ 94.000.
- c) Reserva legal de R\$ 24.000; dividendos obrigatórios de R\$ 30.000; e retenção de lucros de R\$ 76.000.
- d) Reserva legal de R\$ 6.500; dividendos obrigatórios de R\$ 30.875; e lucros retidos de R\$ 92.625.

9. A Companhia Rondônia S.A., para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial em sua controlada, procedeu à eliminação do lucro não realizado de transações efetuadas entre a controlada e a controladora.

Demonstram-se a seguir os valores envolvidos na data de 31 de dezembro de 2007.

	R\$
Patrimônio líquido da controlada	6.000
Lucro não realizado na controlada	400
Valor contábil do investimento antes da equivalência	2.000
Percentual de participação no capital	60%

Com base nos dados acima e levando-se em consideração a Instrução CVM nº. 247/96, assinale a resposta correta relacionada ao resultado do método de equivalência patrimonial contabilizado em 2007.

- a) 1.600.
- b) 1.360.
- c) 1.840.
- d) 1.200.

10. Conforme a Deliberação CVM nº. 505/06, a entidade deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis para que estas reflitam eventos subseqüentes à data do balanço que venham a confirmar condições existentes até aquela data. A seguir, são apresentados exemplos de eventos subseqüentes à data do balanço que exigem que a entidade ajuste os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis ou reconheça itens que não tenham sido previamente reconhecidos, exceto:

- a) Declínio do valor de mercado de investimentos ocorrido no período entre a data do balanço e a data de autorização de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- b) A obtenção de informação, após a data do balanço, indicando que um ativo estava deteriorado na data do balanço ou que o montante de um prejuízo por deterioração previamente reconhecido em relação àquele ativo precisa ser ajustado.
- c) A falência de um cliente ocorrida subseqüentemente à data do balanço normalmente confirma que já existia um prejuízo em uma conta a receber na data do balanço, e que a entidade precisa ajustar o valor contábil da conta a receber.
- d) O pagamento ou a divulgação de uma decisão definitiva, após a data do balanço, relacionado a um processo judicial, confirmando que a entidade já tinha uma obrigação presente na data do balanço.

11. A Instrução CVM nº. 10/80 determina condições para as Companhias Abertas adquirirem suas ações no mercado e mantê-las em tesouraria para futura recolocação ou cancelamento. As condições abaixo são impeditivas para a adoção do procedimento, exceto:

- a) Resultar em diminuição do capital social.
- b) Estiver em estudo oferta pública de aquisição de suas ações.
- c) Criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não eqüitativas.
- d) Requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, constantes do último balanço.

12. A Companhia Beta, sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado, de acordo com o seu estatuto, deve distribuir dividendos obrigatórios de, no mínimo, 35% do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, ajustado pela aplicação do percentual previsto no art. 193 da Lei nº. 6.404/76 referente à constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2007 a posição do capital em reais, a quantidade de ações e o lucro se apresentavam como segue:

Descrição	R\$	Quantidade de Ações
Capital Social Autorizado	10.000.000,00	10.000.000,00
Capital Subscrito Integralizado	7.000.000,00	7.000.000,00
Ações em Tesouraria	920.000,00	500.000,00
Lucro Líquido do Exercício	2.600.000,00	-

Com base nas informações acima e nas normas da CVM, calcule o valor do dividendo por ação do capital social ao final do exercício de 2007 (valor arredondado).

- a) 0,133.
- b) 0,124.
- c) 0,086.
- d) 0,091.

13. Constitui uma transgressão ao Código de Ética Profissional do Contabilista, nos termos da Resolução CFC nº. 803/96, a adoção pelo auditor independente do seguinte procedimento:

- a) Utilização de profissionais não-contadores, devidamente supervisionados, nos trabalhos de auditoria.
- b) Suspensão da prestação de serviços a cliente que deixou de cumprir com o pagamento dos honorários profissionais.
- c) Anúncio, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, de conteúdo que resulte na melhoria da classe contábil e oportunidade para divulgar a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados.
- d) Reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda.

14. As normas de auditoria independente das Demonstrações Contábeis definem e distinguem os termos “Fraude” e “Erro”. Assinale a alternativa que contenha, exclusivamente, as características de um ou de outro termo.

- a) Manipulação de transações, desatenção e desconhecimento.
- b) Adulteração de documentos, desconhecimento ou má interpretação dos fatos.
- c) Atos voluntários de omissão, manipulação de transações e adulteração de registros.
- d) Atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento e manipulação de transações.

15. O auditor independente, ao exigir a carta de responsabilidade da administração, tem por objetivo:

- a) minimizar a responsabilidade profissional do auditor independente.
- b) dividir a responsabilidade da Administração e do auditor independente sobre a adoção de práticas contábeis e das demonstrações contábeis.
- c) substituir evidências de auditoria de difícil obtenção dentro da empresa.
- d) confirmar as informações e os dados fornecidos ao auditor independente.

16. Em linha de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade com as Normas Internacionais, a Comissão de Valores Mobiliários, mediante sua Instrução nº. 457/07, determinou que as companhias abertas deverão:

- a) a partir do exercício a findar em 2010, apresentar as suas demonstrações contábeis e as de suas sociedades controladas de capital aberto adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.
- b) a partir do exercício a findar-se em 2010, apresentar as suas demonstrações contábeis adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.
- c) a partir do exercício a findar em 2010, apresentar as suas demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.
- d) a partir do exercício a findar em 2010, apresentar as suas demonstrações contábeis e as de suas sociedades controladas, adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.

17. A nova redação do art. 179 da Lei nº. 6.404/76 estabelece que no ativo intangível devem ser contabilizados:

- a) os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- b) os bens e direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- c) os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio avaliado.
- d) os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido ou avaliado.

18. De acordo com a nova redação do art. 183 da Lei nº. 6.404/76 (alteração introduzida pela Lei nº. 11.638/07), as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, quando se tratarem de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda, serão avaliados:

- a) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.
- b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- c) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente ou pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado pelo valor de provável realização, quando este for inferior.
- d) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

19. Qual das definições a seguir não está de acordo com a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.110/07?

- a) Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.
- b) Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.
- c) Perda por desvalorização é a condição pela qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é reduzida ao valor justo.
- d) Valor residual é o valor estimado que uma entidade obterá pela venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

20. A NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.110/07, estabelece que a entidade deve avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Com base nesta determinação, é correto afirmar que:

- a) se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.
- b) a entidade somente deve testar a redução ao valor recuperável de um ativo intangível, com vida útil indefinida, se existir a indicação de redução a este valor.

- c) não se enquadra nesta obrigatoriedade de avaliação o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).
- d) ativos intangíveis, mesmo que diferentes, não podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes.

21. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, o patrimônio líquido compreende os recursos próprios da empresa e seu valor é a diferença entre o valor do ativo e o valor do passivo. Quando o valor do passivo for maior do que o valor do ativo, a diferença deverá ser denominada e apresentada no balanço patrimonial como:

- a) patrimônio líquido negativo, deduzido do passivo.
- b) patrimônio líquido negativo, somado ao ativo.
- c) passivo a descoberto, deduzido do passivo.
- d) passivo a descoberto, somado com o ativo.

22. De acordo com a NBC T 19.11 – Mudanças nas Práticas Contábeis nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.087/06, a aplicação prospectiva de uma mudança em prática contábil representa:

- a) a utilização de uma nova prática contábil, como se essa prática estivesse sempre em uso.
- b) a aplicação da nova prática contábil a transações, outros eventos e circunstâncias que ocorrerem após a adoção da nova prática.
- c) o registro e a divulgação do efeito da mudança em estimativa contábil nos exercícios correntes e futuros afetados pela mudança.
- d) correção do registro original, da valorização ou da divulgação de elementos das demonstrações contábeis.

23. De acordo com a NBC T 19.11 – Mudanças nas Práticas Contábeis nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.087/06, o processo de determinação das estimativas contábeis envolve julgamentos baseados nas últimas informações disponíveis. Assim, uma mudança identificada nas bases de avaliação:

- a) corresponde a uma mudança na estimativa contábil.
- b) ocorre em decorrência da identificação de erro no cálculo da estimativa.
- c) corresponde a uma mudança em prática contábil.
- d) pode tornar difícil distinguir entre mudança de prática contábil e de estimativa contábil. Neste caso a mudança deve ser tratada como de prática contábil.

24. A Deliberação CVM nº. 488/05, que aprovou a NPC 27 – Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgação, do IBRACON, tornando-a de observância obrigatória para as companhias abertas, estabelece que, quando a administração concluir que a adoção de uma determinada disposição prevista em uma Deliberação resultar em informações distorcidas a ponto de conflitarem com os objetivos das demonstrações contábeis, a entidade poderá deixar de aplicar essa disposição informando:

- a) apenas que a mesma não se aplica.
- b) qual seria o efeito nas demonstrações contábeis em cada período apresentado caso a Deliberação tivesse sido adotada.
- c) que as demonstrações contábeis estão de acordo com a Deliberação.
- d) que não existem controles na entidade que permitam a adoção da disposição em questão.

25. Como regra geral, com relação à compensação de saldos relevantes de contas patrimoniais ou de resultados, para efeitos de apresentação das demonstrações contábeis, a Deliberação nº. 488/05 da CVM, que aprovou a NPC 27 do IBRACON, é correto afirmar que:

- a) ativos e passivos podem ser compensados.
- b) receitas e despesas devem ser compensadas.
- c) ativos e passivos e receitas e despesas não devem ser compensados.
- d) ativos e passivos e receitas e despesas devem ser compensados.

26. Nos termos da NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº. 1066/05, não é correto afirmar que:

- a) obrigação não-formalizada é aquela que surge quando a entidade, mediante práticas do passado, políticas divulgadas ou declarações feitas, cria expectativa válida por parte de terceiros e, por conta disso, assume um compromisso.
- b) contingência ativa é um possível ativo, decorrente de eventos futuros, cuja existência se confirma somente pela ocorrência de um ou mais eventos passados, que não estejam totalmente sob o controle da entidade.
- c) contrato oneroso é o contrato que, apesar de ainda não-concluído, ou até mesmo iniciado, já apresenta prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato.
- d) provisão, em geral, é um passivo de prazo ou valor incerto.

27. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de que trata a Lei nº. 11.638/07 e a Resolução nº. 1.010/05:

- a) substitui a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, a partir de 01/01/2008.
- b) é de divulgação obrigatória para todas as sociedades anônimas.
- c) apresenta valores/informações que não são necessariamente extraídas da contabilidade.
- d) se destina a evidenciar a riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.

28. Na situação em que a administração da entidade auditada omitir nota explicativa necessária à adequada análise e interpretação das demonstrações contábeis, o auditor independente, em seu parecer, deve:

- a) incluir, em parágrafo de ênfase, a informação omitida pela administração.
- b) mencionar o fato em parágrafo intermediário e ressaltar sua opinião, no parágrafo próprio.
- c) informar sobre a limitação na extensão de seus exames, em decorrência da falta de divulgação da informação não prestada.
- d) mencionar em parágrafo intermediário o fato; porém, sem ressaltar sua opinião.

29. Quando o auditor independente julgar que, pela magnitude das operações com partes relacionadas, divulgadas em nota explicativa, e pela diferenciação dessas operações quando comparadas com operações entre partes não-relacionadas, a situação merece ser destacada aos usuários das Demonstrações Contábeis, devendo o auditor independente:

- a) mencionar o fato em seu parecer reproduzindo o texto da nota explicativa e modificando o parágrafo de opinião.
- b) adicionar em seu parecer parágrafo de ênfase indicando que a entidade realiza volume significativo de operações com partes relacionadas em condições diferentes às de mercado.
- c) inserir parágrafo intermediário em seu parecer pois esse tipo de situação implica efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- d) emitir parecer adverso dada a relevância dos valores.

30. Com relação à NBC T 11.15 – Contingências, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.022/05, assinale a alternativa incorreta.

- a) A recusa de um consultor jurídico em fornecer a informação solicitada, por meio de circularização, ou a ausência de opinião de outro consultor jurídico independente nas condições consideradas necessárias não é uma limitação na extensão da auditoria suficiente para impedir a emissão de um parecer sem ressalvas.
- b) A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.
- c) Obter, formalmente, da administração uma descrição das contingências na data de encerramento das Demonstrações Contábeis e para o período que abrange essa data e a data de emissão do parecer de auditoria sobre essas demonstrações, incluindo a identificação dos assuntos sob os cuidados profissionais de consultores jurídicos, é um procedimento de auditoria que deve ser considerado na avaliação das contingências e passivo não registrado.
- d) Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor independente deve obter evidências da existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade.

31. O princípio da prudência se caracteriza:

- a) pela integridade e a tempestividade do registro do patrimônio da entidade e de suas mutações.
- b) pelo reconhecimento do patrimônio como objeto da contabilidade, afirmando a autonomia patrimonial.
- c) por impor a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, diante de opções aceitáveis frente aos demais princípios.
- d) por determinar que os componentes do patrimônio tenham seus registros iniciais efetuados pelos valores ocorridos na data de transações havidas com o mundo exterior.

32. O Auditor independente tomou conhecimento de um fato relevante ocorrido após a data de encerramento do trabalho de campo e antes da entrega formal do parecer de auditoria a uma Companhia de Capital Aberto. Neste caso, o procedimento a ser adotado pelo auditor deverá ser o seguinte.

- a) Estender os trabalhos até a data do novo evento, de modo a emitir o parecer com data mais atual ou dupla-data.
- b) Emitir um comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informando que desconhecia tal fato na data de emissão do parecer.
- c) Emitir um novo parecer de auditoria com parágrafo de ênfase, referente à incerteza.
- d) Manter o parecer de auditoria com a data anterior ao evento ocorrido.

33. O auditor independente deve exibir as informações obtidas durante o seu trabalho:

- a) quando solicitado verbalmente por agente fiscal do Conselho Federal de Contabilidade ou Conselhos Regionais de Contabilidade.
- b) sempre que solicitado, por escrito e fundamentadamente, pelo Conselho Federal de Contabilidade ou Conselhos Regionais de Contabilidade.
- c) a terceiros que comprovadamente demonstrem ter interesse no trabalho.
- d) ao auditor independente que o substitua, independente de autorização do cliente.

34. As condições abaixo devem ser verificadas para reconhecimento de receita, conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade e mais especificamente nas orientações sobre normas contábeis contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007 pelas companhias abertas:

- (I) Além do conceito de receita, é importante a verificação do momento apropriado para o seu reconhecimento. Assim, a receita de vendas de produtos ou mercadorias deve ser reconhecida quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: (i) a companhia tenha transferido ao comprador os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos produtos; (ii) a companhia não mais detenha o envolvimento gerencial contínuo em grau usualmente associado com a propriedade, nem o controle efetivo sobre os produtos vendidos; (iii) o valor da receita pode ser medido com segurança; (iv) está assegurado que os benefícios econômicos auferidos da transação sejam percebidos pela companhia; e (v) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

- (II) A receita referente à prestação de serviços deve ser reconhecida com base no estágio de execução da transação no período, quando o desfecho de uma transação pode ser estimado com segurança, o que ocorre, via de regra, quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: (i) a importância da receita pode ser medida com segurança; (ii) for provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação sejam recebidos pela empresa; (iii) o estágio de execução da transação no período possa ser medido com segurança; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para completá-la possam ser medidos com segurança.

Com base nessas referências, considere, entre as alternativas enumeradas, aquela transação cuja receita deve ser reconhecida contabilmente na data de encerramento das demonstrações contábeis da Companhia ABC.

- a) Equipamento, caracterizado como bem de capital, vendido, recebido e despachado ao cliente na data de encerramento das demonstrações contábeis da Companhia ABC. A política de venda adotada pela Companhia ABC e aplicada na operação indicada, cujo equipamento encontrava-se em poder de empresa transportadora naquela data, é na condição CIF, ou seja, frete e seguro por sua conta.
- b) Venda de parte de um imóvel rural, por preço fixo e pago antecipadamente, utilizado para produção agrícola do vendedor, em área próxima da zona urbana, para fins de loteamento e construção de casas populares, com o contrato estabelecendo que a posse do imóvel seria de imediato, visando à implantação da infra-estrutura básica do empreendimento, enquanto se procediam a regularização fundiária junto ao INCRA, atualizações cartorárias e outras providências legais requeridas, com previsão de conclusão dessas etapas no exercício seguinte às demonstrações contábeis da vendedora.
- c) Empresa especializada em desenvolvimento de estudos e elaboração de projetos especiais para implantação de obras de infra-estrutura pública, com potencial de contratação pela iniciativa privada mediante processos de concessão pública onerosa, reconhece no resultado do exercício os custos incorridos nesses estudos e projetos, quando incorridos. Simultaneamente, por se tratarem de projetos de longa maturação, de valores relevantes e com decisões do poder público que se estendem também por longos períodos de tempo, mas que em sua maioria se viabilizam, reconhece receita na prestação desses serviços considerando a margem de lucro média dos últimos cinco anos, em cada exercício social. A empresa tem sido bem sucedida em sua estratégia, está bem capitalizada e com capacidade de investimentos com técnicos de reconhecida competência em identificar prioridades de infra-estrutura para o país, cujos negócios têm se viabilizado sobretudo em decorrência de contratos firmados na forma de parcerias público-privadas.
- d) Produtora de álcool combustível, mediante contrato de longo prazo, com preços e condições atualizados anualmente antes do período da safra correspondente, vende a totalidade de sua produção para um grande distribuidor de combustível com atuação nacional, com registro diário da receita apurada e recebida com a venda da produção. Assim, o medidor existente na linha de produção indica a quantidade transferida diariamente aos tanques de armazenamento localizados nas dependências da Usina, cedidos em comodato e com registro fiscal de filial do comprador, ficando este responsável pela recepção do produto, administração do estoque, carregamentos para distribuição ao mercado, além de outras responsabilidades usuais nesse tipo de operações.

35. A companhia ABC divulgou suas demonstrações contábeis acompanhadas do parecer (sem ressalva) dos auditores independentes, como segue: (i) em jornal de grande circulação em nível nacional, de forma sumariada; e (ii) no jornal oficial, de forma completa.

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, indique a atitude correta do Auditor independente:

- a) O auditor independente não tomou conhecimento das publicações efetuadas pela companhia, senão no segundo semestre do exercício seguinte, por ocasião da renovação do seu contrato de auditoria com a companhia, motivo pelo qual não lhe cabe qualquer ação acerca dos procedimentos de divulgação adotados pela companhia.
- b) O auditor independente deve acompanhar a divulgação das demonstrações contábeis sobre as quais emitiu seu parecer, para certificar-se da correção da divulgação em todos os seus aspectos relevantes. Assim, ao identificar a publicação das demonstrações contábeis sumariadas acompanhadas de seu parecer, deve dirigir correspondência ao seu cliente requerendo a correção do procedimento (no mínimo com nova divulgação da companhia informando que o parecer dos auditores independentes foi publicado de forma indevida junto às demonstrações contábeis sumariadas e que não deve ser associado a essas demonstrações contábeis sumariadas). A falta de divulgação/correção desse fato pela administração da companhia, nos níveis julgados apropriados pelo auditor independente, deve ser objeto de sua pronta ação, incluindo, se necessário, comunicação ao órgão regulador e, eventualmente, publicação de sua iniciativa no mesmo jornal, para correção do equívoco cometido pela administração, tendo em vista a NBC T 11 – IT 5, aprovada pela Resolução CFC nº. 830/98.
- c) O auditor independente, ao verificar a divulgação de seu parecer acompanhado das demonstrações contábeis sumariadas, considerou apropriada tal divulgação, em face do que dispõe a Resolução CFC nº. 820/97, que aprovou a NBC T 11, sobretudo quanto à emissão de parecer sobre demonstrações contábeis condensadas.
- d) O auditor independente tomou conhecimento da publicação efetuada pela companhia ao ler o jornal que continha tal divulgação e, considerando que a companhia fez constar no corpo dessa publicação que as demonstrações contábeis completas estavam sendo publicadas nesse mesmo dia no jornal oficial, entendeu que não havia qualquer ação a tomar.

36. Considerando o tratamento e o reconhecimento contábil das receitas e dos custos relativos aos contratos de empreendimentos de execução em longo prazo, conforme estabelecidos pela NBC T 10.1, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.011/05, indique a alternativa correta.

- a) Um grupo de contratos com um ou vários contratantes deve ser tratado contabilmente como um único contrato se: (i) o grupo de contratos for negociado em um único projeto ou pacote; (ii) os contratos forem inter-relacionados e parte de um único projeto com uma margem global de lucro; e (iii) se os contratos forem executados sob a responsabilidade exclusiva do contratante, sem possibilidade de subcontratação, mormente se executados em diversos períodos de tempo, de forma não contínua.
- b) Em um contrato que abranja diversos ativos, a construção de cada ativo deve ser tratada contabilmente como um contrato separado se: (i) tiverem sido apresentadas propostas separadas para cada ativo; (ii) cada ativo estiver sujeito à negociação separada entre contratado e contratante que resulte na oportunidade de aceitar ou rejeitar parte do contrato referente a cada ativo; (iii) os contratos forem executados simultaneamente ou em uma seqüência contínua, de tal sorte que os custos totais apurados globalmente sejam proporcionais entre os diversos contratos. Nessas condições, ativos e passivos relativos aos contratos podem ser compensados para fins de apresentação das demonstrações contábeis.
- c) As técnicas que permitem mensurar o estágio de execução de um contrato, que deve ser determinado pela administração da entidade, compreendem: (i) proporção entre os custos contratuais incorridos com o serviço até então executado e o total dos custos contratuais estimados; (ii) a proporção física entre o trabalho executado e o total da obra contratada; ou (iii) medição periódica (numa base mensal) dos serviços executados, se efetuada, aprovada e considerada base de pagamento pelo contratante. Neste caso, adiantamentos concedidos pelo contratante devem ser abatidos do valor da receita registrada contabilmente.
- d) Quando o resultado final de um contrato não puder ser estimado com segurança, o montante da receita a ser reconhecido deve ser limitado ao montante dos custos contratuais incorridos, cuja recuperação seja provável, e os custos devem ser reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Por outro lado, quando for provável que o total dos custos excederá o total da receita contratual, o prejuízo esperado deve ser reconhecido imediatamente, independentemente de ter ou não começado o trabalho objeto do contrato.

37. Segundo a NBC T 19.4, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.026/05, os incentivos fiscais, subvenções, contribuições etc, devem ser registrados em contas específicas de receita e constar dos demonstrativos do resultado das entidades beneficiadas. Contudo, estabeleceu que enquanto a lei dispuser de forma diferente dessa norma, os incentivos fiscais e subvenções para investimento podem ser registrados no patrimônio líquido como reserva de capital e devem ser divulgados em notas explicativas os efeitos no resultado, desde que o subvencionador tenha a intenção de destinar os incentivos fiscais e subvenções para investimentos e o subvencionado tenha a obrigação de aplicar tais recursos em investimentos relacionados à implantação, modernização ou expansão de empreendimentos econômicos específicos.

Com base no acima exposto, indique a alternativa correta.

- a) A partir de 1º de janeiro de 2008, em face das disposições da Lei nº. 11.638/07, os incentivos fiscais devem obrigatoriamente ser registrados no resultado do exercício, independentemente da sua caracterização ou natureza.
- b) As subvenções e as doações devem ser reconhecidas no recebimento efetivo ou quando incluídas nos orçamentos do órgão público que as concede, desde que indicada a destinação específica.
- c) A companhia aberta controladora de sociedade detentora de incentivos fiscais do imposto de renda, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como reserva de capital, ao avaliar esse investimento pelo método da equivalência patrimonial, deverá também refletir o valor diretamente no seu patrimônio líquido (tratamento reflexo). Dessa forma, nas demonstrações contábeis consolidadas, as diferenças entre os resultados consolidados e da controladora serão evidenciadas nas respectivas notas explicativas.
- d) Os ativos não-monetários recebidos devem ser registrados pelo seu valor justo, quando recebidos, tendo como contrapartida conta específica de receita, no resultado do exercício.

38. A companhia ABC apresenta expressivo endividamento de longo prazo junto a instituições financeiras oficiais, nacionais e estrangeiras, credores por emissão de debêntures, além de financiamentos próprios de fornecedores de bens de capital, de montante relevante, associados ao estágio de implantação de relevante projeto siderúrgico localizado no norte do país.

Com base nos requisitos da Lei nº. 6.404/76, indique a alternativa incorreta em relação às notas explicativas constantes das demonstrações contábeis publicadas, abaixo comentadas.

- a) A nota explicativa sobre o imobilizado em andamento indicou o montante dos encargos financeiros capitalizados no exercício, os compromissos assumidos até a conclusão do empreendimento, divididos em recursos próprios e de terceiros (financiadores, moeda, encargos financeiros contratados etc), bem como as garantias prestadas e a data provável de início das operações sociais e movimentação ocorrida no exercício (substancialmente aquisições).
- b) A nota explicativa sobre o ativo diferido evidenciou os valores aplicados no exercício, por natureza, os saldos iniciais e finais e a expectativa da administração quanto a sua recuperabilidade pelas operações futuras, de acordo com o plano de negócios da companhia.
- c) A nota explicativa sobre instrumentos financeiros seguiu os enunciados da Instrução CVM nº. 235 e demais orientações sobre divulgação desses instrumentos (valorização, política de gestão dos riscos associados e demonstrados por natureza), que pelo estágio dos negócios da companhia dizem respeito exclusivamente aos valores de aplicações financeiras e passivos (circulantes e não circulantes) junto a fornecedores, bancos e demais credores. Não há instrumentos financeiros derivativos (hedge de proteção, swaps etc).

- d) A nota explicativa sobre os valores de longo prazo (passivo não circulante) evidenciou os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo (sobretudo imobilizações em andamento dadas em garantia dos financiamentos obtidos), os valores por natureza dos credores (circulante e não circulante), as taxas de juros e as características das debêntures emitidas, além das datas de vencimento (por ano) das parcelas a longo prazo para as dívidas junto aos bancos e debenturistas.

39. Na supervisão dos trabalhos da equipe técnica durante a execução da auditoria, podemos afirmar que:

- a) o auditor necessita avaliar o planejamento e o programa de auditoria antes do início e ao final dos trabalhos, mantendo inalterados os cálculos de materialidade, no geral e em relação a cada componente específico.
- b) o auditor deve avaliar se as conclusões obtidas são resultantes dos trabalhos executados e permitem fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- c) o auditor deve verificar anualmente a habilitação legal para o exercício da profissão e o cumprimento de, no mínimo, 30 (trinta) pontos em cada ano, do programa de educação profissional continuada.
- d) compete ao auditor resolver questões significativas do seu cliente de auditoria quanto à aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

40. O auditor deve obter evidências suficientes para identificar partes relacionadas:

- a) na fase de planejamento.
- b) durante a seleção de amostras para a circularização.
- c) por ocasião da aplicação dos testes substantivos.
- d) na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas.

41. O registro dos gastos com a formação do atleta profissional, conforme estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs, deve estar suportado por controles específicos. Entre os itens a seguir, qual o que não corresponde a um desses controles?

- a) Composição dos gastos diretamente relacionados com a formação do atleta com base mensal e regime de competência, por categoria (infantil, juvenil, juniores).
- b) Composição mensal das variações verificadas no valor de mercado atribuído aos direitos federativos do atleta, para efeitos de ajuste de seu custo de formação.
- c) Composição do elenco por categoria e registros auxiliares que demonstrem controle de cada categoria e que permitam a apuração de gastos por atleta.
- d) Relatório mensal de apropriação de gastos para o resultado e para o imobilizado.

42. Qual condição apontada nas alternativas abaixo configura perda de continuidade das operações da controlada ou coligada, conforme a Instrução CVM nº. 247/96, para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial.

- a) Empresa em processo de liquidação ou extinção.
- b) Empresa que está operando sob severas restrições de longo prazo, mas que não prejudica a sua capacidade de transferir recursos para a controladora.
- c) Mudança do ramo de atividade.
- d) Empresa com evidência de venda em futuro próximo.

43. Assinale a alternativa incorreta. Conforme a Lei nº. 6.385/76, que criou a Comissão de Valores Mobiliários, as seguintes atividades, entre outras, passaram a ser disciplinadas e fiscalizadas.

- a) A auditoria das companhias abertas.
- b) A administração de carteiras e custódia de valores mobiliários.
- c) A emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado.
- d) A administração das atividades de consórcio.

44. De acordo com a Lei nº. 6.404/76, a escolha e destituição do auditor independente, nas companhias de capital aberto, é de competência:

- a) do Comitê de Auditoria.
- b) do Conselho Fiscal em conjunto com a Diretoria.
- c) do Conselho de Administração.
- d) da Assembléia Geral dos Acionistas.

45. O teste referente à constatação, pelo auditor independente, de que os orçamentos para aquisição de ativos são revisados e aprovados por um funcionário autorizado, denomina-se:

- a) revisão analítica.
- b) observância.
- c) substantivo.
- d) confirmação.

46. Quando da aplicação da técnica de amostragem estatística em testes substantivos, quanto menor o tamanho da amostra:

- a) maior será o erro tolerável.
- b) maior será a taxa de desvio aceitável.
- c) menor será a taxa de desvio aceitável.
- d) menor será a quantificação do erro tolerável.

47. Nos termos da NBC T 11 – Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº. 820/97, quando houver participação de outros auditores independentes no exame de demonstrações contábeis relevantes, das controladas e/ou coligadas, o auditor da controladora e/ou investidora deve destacar esse fato no seu parecer.

Baseado nessa referência e também na NBC T 11 – IT 5, aprovada pela Resolução CFC nº. 830/98, que trata do parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, indique a alternativa incorreta.

- a) O auditor independente da controladora e/ou investidora deve expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis como um todo, baseando-se, exclusivamente, no parecer do outro auditor independente com respeito às demonstrações contábeis de controladas e/ou coligadas por ele examinadas, destacando o fato no seu parecer e com indicação dos valores envolvidos.
- b) A referência ao parecer dos outros auditores independentes, mesmo sem indicação do conteúdo de sua opinião, significa que o parecer desses outros auditores não teve ressalvas ou teve ressalvas que não afetam a posição patrimonial e financeira e os resultados da investidora e não há nenhuma restrição aos seus trabalhos e conclusões.

- c) O auditor independente deve emitir parecer com ressalva ou abstenção de opinião quando concluir, baseado nos procedimentos recomendados, que o trabalho dos outros auditores independentes não pode ser utilizado, e que não pode aplicar procedimentos adicionais suficientes com relação às demonstrações contábeis da controlada e/ou coligada, ou ao item sobre o qual os outros auditores emitiram parecer.
- d) A divisão de responsabilidades evidenciada no parecer do auditor independente ocorre quando este aceita o parecer de outro auditor independente, por não ter evidências que indiquem restrições aos seus trabalhos e conclusões. Conseqüentemente, o parecer do auditor independente da investidora deve ser emitido sem ressalvas ou abstenção de opinião em relação ao valor do investimento mantido em controlada examinada por outros auditores independentes.

48. Segundo a NBC T 11 – IT 5 – Parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº. 830/98, na data do parecer, o dia deve corresponder ao de conclusão dos trabalhos na entidade auditada, objetivando informar ao usuário que foi considerado o efeito, sobre as demonstrações contábeis e sobre o parecer, das transações e eventos ocorridos entre a data de encerramento do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data do parecer.

Considerando o disposto nesta norma e nas demais normas sobre eventos subseqüentes, sobretudo a NBC T 11.16 – Transações e eventos subseqüentes, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.040/05 e a NBC T 19.12 – Eventos subseqüentes à data das demonstrações contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.088/07, indique a alternativa incorreta.

- a) O auditor deve considerar três situações de eventos subseqüentes: i) os ocorridos entre a data do término do exercício social e a data da emissão do parecer; ii) os ocorridos depois do término do trabalho de campo e da emissão do parecer, e antes da divulgação das demonstrações contábeis; e iii) os conhecidos após a divulgação das demonstrações contábeis.
- b) A contabilização dos dividendos considera a prática de mercado consagrada no Brasil à luz da lei das sociedades por ações, que prevê o seu provisionamento no exercício em que os dividendos são propostos. As normas contábeis internacionais, no entanto, estabelecem que os dividendos sejam contabilizados apenas no exercício em que são formalmente aprovados. Assim, especificamente em relação a este assunto, enquanto as normas internacionais e a legislação societária no Brasil não estiverem harmonizadas, os dividendos deverão ser provisionados de acordo com o determinado pela legislação societária e o estatuto social da companhia. Assim, dividendos adicionais declarados entre a data das demonstrações contábeis e a de sua aprovação não devem ser ajustados naquelas demonstrações contábeis.

- c) A entidade deve divulgar a data em que foi concedida a autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização, já que é importante que os usuários saibam quando foi autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, já que estas não refletem eventos posteriores a essa data. Por conseguinte, essa é a data do parecer dos auditores independentes.
- d) O processo envolvido na autorização da conclusão da elaboração das demonstrações contábeis poderá variar dependendo, entre outros, da estrutura da administração, das exigências legais e estatutárias. Por exemplo, a autorização para conclusão das demonstrações contábeis reflete a data da aprovação pelo órgão da administração previsto no estatuto social e não a data em que os acionistas aprovam as demonstrações contábeis. Em alguns casos, exige-se que a diretoria de uma entidade submeta suas demonstrações contábeis à aprovação de um conselho de administração, sendo que a autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis é concedida após estas demonstrações serem submetidas à apreciação desse conselho, do conselho fiscal ou do comitê de auditoria, se houver.

49. Considere a seguinte afirmação e indique a alternativa correta.

Uma alteração na legislação tributária, ocorrida em 02 de janeiro de 20X1, majorou em 10% a alíquota do imposto de renda aplicável ao lucro real das companhias. Assim sendo, as demonstrações contábeis da Companhia ABC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, em face da apuração de relevantes diferenças temporárias ativas e passivas, requerendo ajustes no cálculo do lucro real e controles na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real, foram ajustadas para refletir o efeito da majoração da alíquota do imposto de renda sobre as referidas diferenças temporárias, com impactos relevantes nos saldos das contas ativas e passivas que registram o imposto de renda diferido em 31 de dezembro de 20X0.

- a) o parecer dos auditores independentes, com data de 28 de fevereiro de 20X1, sobre as demonstrações contábeis da Companhia ABC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, foi emitido sem ressalva, considerando a natureza do evento subsequente que requereu alteração naquelas demonstrações contábeis, em face da relevância do impacto sobre as diferenças temporárias, as quais serão tributadas na vigência da nova legislação tributária.
- b) os ajustes contábeis nos saldos das contas do imposto de renda diferido, tanto ativas quanto passivas, devem ser efetuadas apenas no decorrer do exercício de 20X1, independentemente de questionamentos da companhia quanto à legalidade da nova norma tributária, por se tratar de obrigação legal nos termos das normas contábeis aplicáveis.
- c) Os ajustes contábeis nos saldos das contas do imposto de renda devem ficar restritos ao passivo, no curso do exercício de 20X1, em face do questionamento judicial conduzido pela empresa nesse exercício.

- d) Os ajustes contábeis nos saldos das contas do imposto de renda devem contemplar, pelo menos, as seguintes condições, aplicáveis a partir do exercício de 20X1: i) existência ou não de questionamento judicial da nova legislação pela administração da companhia ou que possa afetar sua decisão; ii) registro obrigatório do efeito da majoração na conta do imposto de renda diferido passivo, por se tratar de obrigação legal; iii) registro obrigatório do efeito da majoração na conta do imposto de renda ativo, mantida inalterada a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, desde que não haja questionamento da companhia quanto à majoração do tributo; e iv) registro obrigatório do efeito da majoração na conta do imposto de renda diferido ativo, até o limite daquele efetuado na conta do passivo, considerando o questionamento da companhia quanto à majoração da alíquota.

50. De acordo com a NBC T 7 aprovada pela Resolução CFC nº. 1.120/08, que trata do efeito da mudança das taxas de câmbio, indique a alternativa incorreta.

- a) Os dividendos de investimentos no exterior reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial devem ser registrados como redução da conta de investimento pelo valor recebido em moeda estrangeira convertido para reais à taxa de câmbio vigente na data do recebimento. Se o registro do dividendo se der antes do recebimento por declaração de dividendo pela entidade no exterior, a taxa de câmbio será, inicialmente, a da data do registro, com as atualizações periódicas necessárias até o seu recebimento reconhecidas tão-somente na conta relativa ao valor a receber utilizada e na conta de equivalência patrimonial, não podendo ser reconhecidas no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.
- b) Os dividendos de investimentos no exterior reconhecidos pelo método do custo devem ser registrados como receita pelo valor recebido em moeda estrangeira convertido para reais à taxa de câmbio vigente na data do recebimento, a não ser quando relativos a lucros na pré-aquisição do investimento, quando devem ser registrados como redução do custo de aquisição do investimento pelo valor recebido em moeda estrangeira convertido para reais à taxa de câmbio vigente na data do recebimento.
- c) Os dividendos de investimentos no exterior reconhecidos pelo valor de mercado devem ser registrados na conta de ajuste patrimonial integrante do patrimônio líquido, pelo valor recebido em moeda estrangeira convertido para reais à taxa de câmbio vigente na data do recebimento.
- d) Na hipótese de os dividendos estarem sujeitos à tributação por impostos no país de origem, a contabilização deve ser a seguinte: (i) se tais impostos forem recuperáveis, constituirão créditos; (ii) se tais impostos não forem recuperáveis, representarão um ônus da entidade investidora, devendo ser registrados como despesas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. A Lei nº 11.638/07 introduziu alterações nos critérios de avaliação do ativo, sobretudo em aplicações em instrumentos financeiros, direitos classificados no intangível e nos elementos do ativo provenientes de operações de longo prazo. Comente sobre as alterações referentes às aplicações em instrumentos financeiros.**
- 52. Comente sobre todas as circunstâncias que levam o auditor independente a emitir parecer de auditoria com abstenção de opinião.**

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>